

da ONU operando na região para discutir assuntos relacionados à segurança e trabalhos desenvolvidos, dentre outras atividades. Em cada visita, pode-se coordenar, por exemplo, operações militares a serem desenvolvidas pela MINURCAT, vôos de aeronaves da ONU, ou visitas de autoridades da ONU às diversas regiões.

A resolução 1861 de 30 de abril de 2009 do Conselho de Segurança da ONU reduziu o número de Oficiais de Ligação para 25 militares. Atualmente, o Brasil participa com dois oficiais do Exército (um Major e um Capitão) e um oficial da Marinha (um Capitão-de-Corveta Fuzileiro Naval). Até dezembro de 2009, a Força Aérea participava com um Coronel-Aviador, o qual exerceu a função de Imediato do Grupo de Ligação Militar (DCMLO) e de Chefe interino do grupo (*Acting CMLO*) pelo período total de um ano.

Desde o momento de sua criação até março de 2009, o MLG esteve subordinado diretamente ao Representante Especial do Secretário Geral da ONU (*Special Representative of the Secretary General - SRSG*). Depois dessa data e até o momento em que escrevo este artigo, o MLG encontra-se subordinado ao *Deputy Force Commander* (DFC), segundo em comando da estrutura militar da MINURCAT, e um coronel de Benin apresentou-se para exercer a função de CMLO.

## Conclusão

A missão vem superando as dificuldades gradativamente em prol de atingir seus objetivos. No entanto, ainda é incerta a renovação do seu mandato em março de 2010\* devido a questões políticas entre a ONU e o governo do Chade. Tudo leva a crer, porém, que a missão continuará, levando esperança às populações refugiadas e deslocadas no Chade e na RCA, uma vez que a saída intempestiva da ONU daquela região poderá levar a uma intensificação dos ataques aos campos de refugiados e, conseqüentemente,

a continuação do cenário de morte e desolação. Existe a intenção de se ampliar a atuação da MINURCAT na porção leste do Chade, por meio do estabelecimento da Força em novas localidades, implicando em novos *Team Sites* para os oficiais de ligação. No entanto, isso ainda se encontra em estudo.

Para aqueles que tiverem a curiosidade de se aprofundar no assunto, recomenda-se a leitura do livro *The Translator*, conforme descrito nas referências bibliográficas. O autor é oriundo daquela região e relata, expondo a visão de quem viveu o problema, o sofrimento das vítimas da crise de Darfur.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HARI, Dari. **The Translator**. Penguin Books: London, 2008.
- MANDATO da MINURCAT. Nova Iorque: Conselho de Segurança da ONU, 2009.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 1778. Nova Iorque, 2007.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. Resolução 1861. Nova Iorque, 2009.
- THE ECOFINANCES GUIDES 2009. Chad: a market and its potential. Paris: Groupe Jeune Afrique, 2009.
- THE UNITED NATIONS REFUGEE AGENCY. IDPs and Refugees in Central and East Africa: september 2009. Nova Iorque: United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2009. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/refworld/country,,,,CAF,456d621e2,4ae8115112,0.html>>. Acesso em: 26 dez. 2009.

\*O mandato foi renovado até 26 de maio de 2010, com a previsão de uma redução do efetivo militar para 1.900 homens. Esse processo continuaria com novas reduções, até que todo o componente militar da MINURCAT deixe o Chade até dezembro de 2010. No entanto, um novo mandato deve ser elaborado pelas Nações Unidas, o qual deverá definir o futuro da missão ao menos até o final de 2010.



CC (FN) Dirlei Donizette Còdo  
dirlei@ciasc.mar.mil.br

## A influência das margens dos rios nas OpRib

Com a promulgação da nova Estratégia Nacional de Defesa (END) foram enumeradas diretrizes estratégicas relativas a cada uma das Forças Armadas. Coube à Marinha do Brasil, dentre outras, a tarefa de se fazer mais presente na região da foz do rio Amazonas e nas grandes bacias fluviais do próprio Amazonas e do Paraguai-Paraná, por meio do emprego de navios patrulha, navios de transporte e embarcações de combate.

*“O Corpo de Fuzileiros Navais deve consolidar-se como força de caráter expedicionário por excelência e, den-*

*tre outras tarefas, o CFN tem como papel principal, nas vias fluviais, assegurar o controle das margens durante as operações ribeirinhas.”<sup>1</sup>*

Como exposto acima, verifica-se que ficou ainda mais patente a preocupação com as operações ribeirinhas, como forma de garantir a soberania brasileira nos rios e, de acordo com a nova END, o CFN contribuirá para a manutenção dessa soberania, garantindo o “controle das margens” dos

<sup>1</sup> Citação da Estratégia Nacional de Defesa promulgada em 17 de dezembro de 2008.

rios. Mas como controlar as margens de rios gigantesco como o Amazonas? Como controlar as margens sinuosas do rio Paraguai? Que influência essas margens têm sobre Operações Ribeirinhas?

Durante o desenvolvimento deste ensaio, serão enunciadas algumas dificuldades para se obter o controle das margens dos rios, quais as influências dessas margens e possíveis soluções para esse problema militar.

Na verdade, a tarefa de controlar as margens é decorrente da influência que as mesmas exercem sobre o rio, sobre o tráfego fluvial civil e sobre determinada Força-Tarefa Ribeirinha (ForTaRib) ora em operações.

Variantes, tais como a largura dos rios, tipo de margens, vegetação adjacente, sinuosidades, curvas acentuadas, ilhas fluviais, elevações justapostas e possíveis ações de grupos adversos a partir dessas margens nortearão este trabalho. A enumeração e a exploração dessas variantes é um dos efeitos desejados, de forma a levantar as possíveis soluções para se contrapor às influências das margens sobre a ForTaRib, verificar a adequabilidade dos meios e tropas existentes, e oferecer uma perspectiva de futuro.

A grandiosidade territorial do Brasil se deve a muitos fatores históricos, mas, certamente, os principais rios brasileiros ofereceram condições favoráveis para a interiorização e, conseqüente, expansão do nosso país. As “bandeiras” e “entradas” se aproveitaram dessas vias de acesso, de tanta importância, para empreender suas expedições e, depois de decorridos mais de quinhentos anos, o rio ainda é o único meio de se chegar a muitas regiões do Brasil. O rio Amazonas é considerado o maior rio em volume d’água do mundo e talvez o maior em extensão também, despertando uma grande cobiça internacional. Já o rio São Francisco, apesar de não possuir as dimensões generosas do Amazonas, foi considerado e batizado como o rio da “integração nacional”. A bacia dos rios Paraguai-Paraná foi palco do maior conflito de que a nossa Marinha participou em todos os tempos e, desde os períodos coloniais, foi e ainda é uma importante rota mercantil “de” e “para” o interior do continente sul americano de cinco países, quais sejam: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Decorrente da importância geopolítica desses e de outros rios e das regiões adjacentes a eles, a nova Estratégia Nacional de Defesa contemplou incrementar a atuação das Forças Armadas neste ambiente operacional. Coube à Marinha a tarefa de se fazer mais presente na foz e na bacia do Amazonas e na bacia dos rios Paraguai-Paraná e, particularmente, ao CFN, foi atribuída a tarefa de “assegurar o controle das margens durante as operações ribeirinhas”.<sup>2</sup>

Primeiramente, deve-se lembrar que as Operações Ribeirinhas podem ser executadas em dois ambientes operacionais com diferenças importantes: O ambiente amazônico apresenta cursos largos e profundos, tais como o próprio Amazonas, o Madeira, o Solimões e seus afluentes, esses rios são realmente largos, chegando a quase 14 km de uma margem a outra na maior extensão do rio Amazonas, mantendo uma média de largura de 1 a 2 Km, dependendo do regime de chuvas anual. Obviamente que os seus afluentes apresentam dimensões menores e, dessa

forma, assemelham-se mais ao ambiente operacional pantaneiro, onde praticamente só existe o rio Paraguai como a principal calha de rio, destacando também, mas em segundo plano, o rio Paraná e o rio Cuiabá, este último com sua navegabilidade extremamente dependente de um regime de chuvas favorável. Neste ambiente, os rios apresentam largura média de 50 a 200 metros entre as margens. Ainda como diferença entre esses ambientes, observa-se que a vegetação ao longo das margens é bastante densa e homogênea na Amazônia, enquanto que, no Pantanal, a vegetação não é tão densa e apresenta-se mais heterogênea, chegando a completos descampadas cobertos por gramíneas em muitas regiões.

Terminadas as diferenças mais marcantes entre esses ambientes, as margens, propriamente ditas, dos rios desses cenários também apresentam algumas semelhanças, tais como: baixa densidade demográfica, raras elevações de porte debruçadas sobre os rios, sinuosidade da derrota, ilhas fluviais, regiões com margens taludadas e, por muitas vezes, dificuldade de identificação das próprias margens, devido ao avanço dos rios sobre elas nos períodos de grande pluviosidade, criando alagadiços cobertos pela copa das árvores e união das calhas dos rios principais com afluentes e lagos, apresentando assim, um cenário totalmente indistinto, observado tanto nas planícies amazônicas quanto no pantanal mato-grossense e sul mato-grossense.

Durante uma Operação Ribeirinha, executada em um cenário de rios com margens bastante distantes (digamos mais de 2 km entre uma e outra), sabe-se que a influência dessas margens sobre a ForTaRib é pequena, pois essa pode se valer do centro da calha do rio para se manter afastada de ambas as margens; já em cenários com rios mais estreitos, a situação é diferente, e a preocupação com as margens torna-se o pivô de toda a Operação Ribeirinha.

O efeito desejado de assegurar o controle das margens visa manter a soberania brasileira sobre os rios, garantindo o tráfego fluvial e a exploração judiciosa das riquezas dos rios; garantida pelas operações de meios fluviais, de fuzileiros navais e aeronavais, de forma singular ou conjunta com outras forças/órgãos.

Os navios fluviais da Marinha (navios patrulha e navios transporte) são os meios que garantem a permanência da força nas operações, no entanto, esses meios são bastante vulneráveis às ações vindas das margens e às ações aéreas inimigas, em virtude do deslocamento dos mesmos ser, literalmente, canalizado. As margens dos rios oferecerem cobertas e abrigos às forças adversas e há extrema dificuldade de se identificar tais ameaças à ForTaRib e de empreender ações contra elas.

Para ilustrar o raciocínio acima, supõe-se a atuação de uma ForTaRib operando em um rio com largura média de 300 metros, com margens taludadas, e que apresenta vegetação favorável ao homizio de forças adversas. Nesse caso, os navios fluviais estão expostos a inúmeras ações inimigas, tais como: tiros diretos de metralhadoras pesadas (calibre .50"/20mm), armamento/munição/mísseis anti-carro (lança-rojão/AT-4/RPG-7/BILL) ou até mesmo canhões, tiros seletivos de “atiradores de precisão”, que podem buscar qualquer integrante da tripulação, e a execução de tiros indiretos com morteiros ou lançadores de

<sup>2</sup> Estratégia Nacional de Defesa

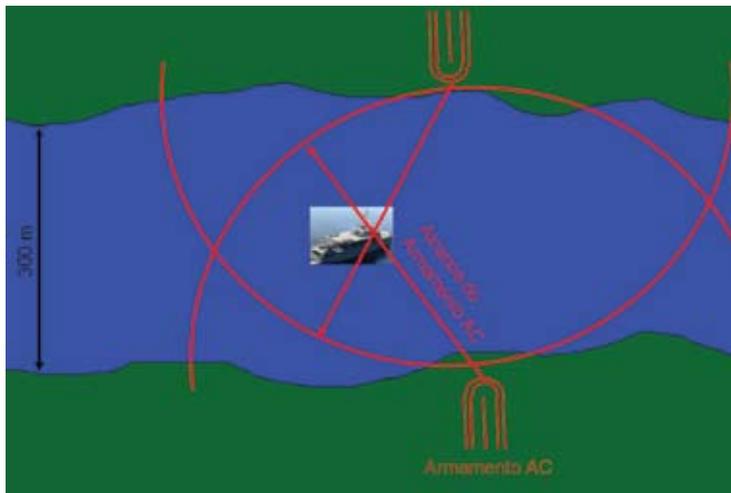


Figura 1 – Navio da ForTaRib sendo atacado das margens com armamento capaz de perfurar blindagem

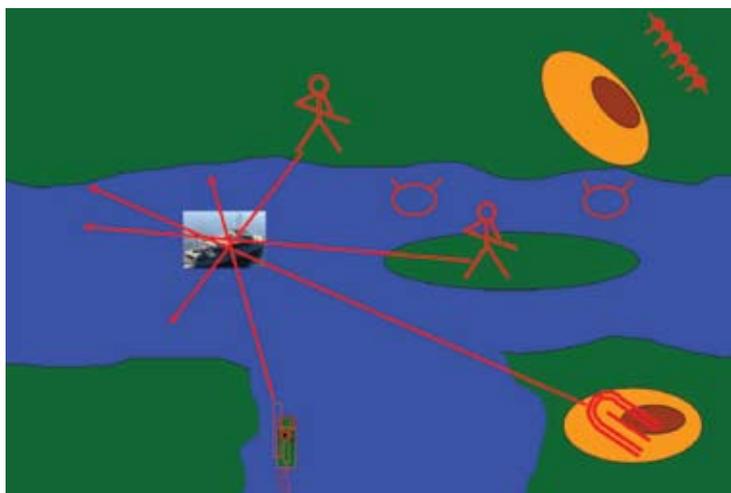


Figura 2 – Navio da ForTaRib sendo atacado a partir de pontos críticos

granada. Apesar da dificuldade de corrigir a execução dos disparos de morteiro, a ForTaRib pode ser alvo de tiros de saturação deste armamento. (Ver figura 1)

Durante o deslocamento da ForTaRib nos rios, é inevitável o aparecimento de pontos de passagem obrigatórios, pontos críticos que ofereçam ainda mais ameaças aos navios, tais como curvas acentuadas, ilhas fluviais, elevações junto às margens e “bocas”<sup>3</sup> dos afluentes do rio onde os navios da ForTaRib estão navegando. Esses pontos críticos favorecem e potencializam as ações das forças adversas, pois oferecem comando de vistas e fogos, no caso de elevações debruçadas sobre o rio ou daquelas que estão a uma distância ainda em condições de efetuar e conduzir tiros sobre a ForTaRib. Quanto às curvas acentuadas e ilhas fluviais, as mesmas diminuem ainda mais a distância entre os navios e as potenciais ameaças. Ainda, as curvas acentuadas e as “bocas” de rios afluentes ou quaisquer variantes da calha do rio principal podem oferecer excelentes condições para emboscadas. (Ver figura 2)<sup>4</sup>

Para se contrapor às ameaças supracitadas, já é doutrinário na Marinha o uso de embarcações com tropa de fuzileiros navais embarcada para executar o conhecido

<sup>3</sup> Foz de pequenos rios

<sup>4</sup> Nas figuras 1 e 2 foi utilizado o Método de Integração Terreno Inimigo e Condições Meteorológicas (MITCI)

“batimento de margens”, que prevê reconhecimento à frente do corpo principal da ForTaRib, com as tarefas de localizar e neutralizar possíveis ameaças à mesma. No entanto, as embarcações atualmente usadas são as ETT (embarcação de transporte de tropa), que nada mais são do que lanchas de pesca civis com motores de popa de baixa potência pintadas de verde, as mesmas são muito frágeis, não possuem qualquer tipo de armamento ou proteção balística. Também são usadas no ambiente operacional amazônico, as LAR (lanchas de ação rápida), que são fabricadas pela própria Marinha, possuem maior capacidade de transporte de tropa que as ETT e são armadas com uma metralhadora, no entanto, também estão aquém das necessidades requeridas para prover proteção à ForTaRib e assegurar o almejado controle efetivo das margens.

As embarcações de combate que a Marinha deverá dispor para cumprir suas tarefas nas áreas ribeirinhas devem atender a alguns requisitos entre outros: capacidade razoável de transporte de tropas (cerca de 12 fuzileiros navais), blindagem parcial, grande potência para os motores e grande poder de fogo (metralhadoras e lançadores de granadas). Essas embarcações devem fazer parte integrante da ForTaRib e os navios da mesma devem ter capacidade de içá-las ou rebocá-las, de forma que nunca operem isoladamente. Os navios funcionam como suas bases, oferecendo facilidades para a tropa que opera essas embarcações e apoio logístico para as embarcações em si. Desta forma, os navios devem ter a capacidade de reabastecê-las e prover manutenção para as mesmas. Caso essa capacidade não seja desenvolvida, ou seja, mantendo navios e embarcações de combate operando separadamente, a capacidade expedicionária do CFN não será atingida, pois as embarcações não têm a autonomia nem a capacidade de permanência dos navios. A figura 3 ilustra duas embarcações de combate que atendem aos requisitos anteriormente mencionados usadas por outros países.



Figura 3 – Embarcações de combate que atendem aos requisitos levantados neste trabalho

Os navios fluviais, por sua vez, além de possuírem a capacidade de transportar/rebocar e apoiar essas embarcações de combate, deverão possuir características que dificultem as ações inimigas vinda das margens, tais como: eliminar trânsito de militares por partes externas, todo trânsito deve ser feito cobertas abaixo, de forma a evitar que os tripulantes sejam abatidos por fogos oriundos das margens; os navios deverão possuir blindagem adequada nas partes mais sensíveis, tais como o passadiço, tanques de combustível e paióis de munição, entre outras; e a operação dos armamentos orgânicos deve ser remoto, a partir de “casulos” blindados, de forma a se evitar a exposição dos artilheiros. A figura 4 ilustra um navio fluvial que atende aos requisitos anteriormente mencionados usado por outros países.



Figura 4 – Navio Patrulha fluvial colombiano que atende aos requisitos levantados neste trabalho

A soma dos esforços para o desenvolvimento de uma embarcação adequada de navios fluviais que atendam aos requisitos descritos, associada ao emprego de helicópteros e veículos aéreos não tripulados (VANT) para reconhecimento e ataque às margens; o uso de sensores térmicos; imagens satélites; radares de vigilância terrestre; sensores de movimentos; e outros dispositivos tecnológicos que estão no “estado da arte” contribuirão de sobremaneira para diminuir a influência das margens sobre a ForTaRib, criando melhores condições para o cumprimento da tarefa de assegurar o controle das citadas margens.

Finalmente, quando se afirma “controle” das margens, esse dito “controle” pode ser alcançado com o emprego de tropas de fuzileiros navais que desembarcam em pontos críticos e ocupam, desenvolvendo táticas de infantaria, porções do terreno que poderiam facilitar ações contra à ForTaRib. Essa técnica é bastante efetiva, pois se garante a conquista daquela porção de margem, no entanto, ela tem como principal desvantagem, a lentidão inerente à técnica, que preconiza o desembarque nas margens, interiorização, reconhecimento do terreno e possíveis ações



Figura 5 – Técnicas/táticas para emprego das embarcações de combate

contra inimigos presentes; além disso, nesse tempo, teoricamente, a ForTaRib está estática, aguardando o “pronto” da varredura das margens/pontos críticos.

Outra forma de se obter o “controle” pode ser por meio do uso do poder de fogo dos navios, aeronaves e, principalmente, das embarcações de combate, que podem utilizar a técnica de saturação por fogos, intensos metralhamentos das margens/pontos críticos. Contudo a eficácia dessa técnica pode ser questionável, caso o inimigo possua bons abrigos; mas é irrefutável quanto ao fato de que ela é mais dinâmica do que o desembarque em terra. Por vezes, essa será a única forma de se controlar determinadas regiões; mais particularmente as regiões com vegetação bastante densa e alagadiços de grandes proporções, regiões estas que no caso de desembarque de tropas, as mesmas executariam deslocamentos muito lentos, devido à dificuldade de interiorização, o que, conseqüentemente, acarretaria na estagnação da ForTaRib.

Para a utilização dessa técnica, o requisito adestramento é elevado, pois a coordenação entre as embarcações de combate deve ser altíssima, de forma a se ganhar emasamento de fogos sobre o inimigo e se evitar o fratricídio. (Ver figura 5)

## Conclusão

Devido aos fatos mencionados, sabe-se que o Corpo de Fuzileiros Navais tem um longo desafio a ser vencido para obter e adequar meios, além de desenvolver técnicas e táticas que garantam o cumprimento da tarefa atribuída pela END de assegurar o controle das margens em Operações Ribeirinhas.

É claro que comprar meios e implementar técnicas/táticas já utilizadas por outros países pode não ser a melhor solução para o Brasil, pois a realidade do cenário de defesa do nosso país é única. No entanto, sabe-se que os meios disponíveis da MB para a defesa dos ambientes amazônico e pantaneiro, na atualidade, são obsoletos e insuficientes, até mesmo os efetivos alocados para essas regiões estão aquém do necessário.

Sugere-se um estudo detalhado sobre este assunto, verificando os requisitos mencionados neste trabalho e outros a serem levantados. Este estudo não deve centralizar-se somente no âmbito do CFN, deve abranger todos os setores da MB, particularmente o que conduzirá os navios fluviais, os quais servirão de base para as futuras embarcações de combate operadas por fuzileiros navais e que garantirão a soberania do Brasil em nossos rios.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Marinha do Brasil. Comando de Operações Navais. **ComOpNav-543**: manual de Operações Ribeirinhas. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Marinha do Brasil. Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-2500**: manual de Operações Ribeirinhas dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2005.